



TEXTO DE REFERÊNCIA

Módulo IV

A Atuação Política dos Socialistas

Aula 2

Os Socialistas e a Atuação no Plano Internacional

OS SOCIALISTAS E A ATUAÇÃO NO PLANO INTERNACIONAL

Kjeld Jakobsen

“Para mudar a sociedade, é necessário agir sobre as relações sociais através de intervenção prática, guiada pela teoria científica”. Manifesto Comunista de Marx & Engels, 1848.

Introdução

Desde os primórdios do chamado socialismo científico é possível identificar um forte componente internacionalista nos partidos socialistas e nos sindicatos influenciados por eles que possibilitaram a realização de uma série de intervenções e eventos que marcaram a história.



Os grandes eventos que expressaram esta vocação de transformação social, ora tiveram como protagonistas, os partidos socialistas¹, ora os movimentos sociais, em particular, o movimento sindical e frequentemente uma combinação de todos estes atores.

Neste sentido o presente texto se propõe a explorar a história da atuação internacional dos socialistas desde a fundação da I Internacional dos Trabalhadores no século XIX até chegar ao Fórum Social Mundial no início do século XXI discutindo os principais eventos que ocorreram, neste meio tempo, bem como suas organizações e bandeiras mais importantes.

Entre eles podemos mencionar a Segunda e a Terceira Internacional, a fundação das Confederações Sindicais Internacionais e a cooperação desenvolvida neste meio, o papel dos socialistas na resistência antifascista, a descolonização do Terceiro Mundo e o Movimento dos Países Não Alinhados, a Internacional Socialista e o Movimento de 1968.

Aqui no nosso continente vale a pena comentar a atual situação governamental, bem como as articulações partidárias como o Foro de São Paulo (FSP) e as articulações sociais como a Aliança Social Continental (ASC).

A I Internacional dos Trabalhadores

No dia 28 de setembro de 1864 realizou-se em Londres um encontro de ativistas sindicais, anarquistas e socialistas que debateram a difícil situação da classe operária europeia diante das péssimas condições de trabalho impostas pela revolução industrial e do desemprego que afetava principalmente os trabalhadores do setor têxtil.

A iniciativa surgiu exatamente a partir da necessidade de uma maior articulação dos trabalhadores deste setor industrial na Europa, pois ele se encontrava em crise devido à guerra civil americana que impedia a importação da principal matéria prima, o algodão. A abertura do evento foi feita por Marx que lançou sua famosa conclamação de que “*a emancipação da classe operária deve ser feita por ela mesma*”!

Durante o encontro houve várias discussões sobre condições de trabalho na indústria e a necessidade da redução da jornada de trabalho, embora sem aprovar qualquer decisão formal. No

¹ Para não termos que detalhar desnecessariamente as posições políticas de todos os partidos mencionados no texto, chamaremos de partidos socialistas os que se apresentam assim, bem como os partidos sociais democratas e trabalhistas e da mesma forma chamaremos de partidos comunistas os que se reivindicam como tais, independentemente da tendência que adotam.



encerramento foi aprovada a criação da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) que se tornou conhecida como a I Internacional.

Nos dois primeiros congressos da AIT, respectivamente em Genebra e Lausanne na Suíça em 1866 e 1867 o assunto da redução da jornada de trabalho voltou à baila com a proposta de fixação de uma jornada de oito horas diárias como sendo suficiente e a eliminação de todo trabalho noturno, salvo em atividades previstas pela lei.

Em setembro de 1871, durante a guerra entre a Prússia e a França, onde esta seria derrotada, eclodiu a revolta da Comuna de Paris onde os trabalhadores resistiram e governaram a cidade durante aproximadamente três meses, na experiência que Marx denominaria de “assalto aos céus”, até que cerca de 30.000 cidadãos foram massacrados pelo exército francês.

Esta derrota reduziria sobremaneira a influência dos ativistas franceses na I Internacional, ao mesmo tempo em que despontavam as primeiras divergências internas sobre como derrubar a burguesia, opondo os anarquistas e Marx. O último considerava a classe operária como a classe capaz de protagonizar a revolução e assumir o poder do Estado. Os anarquistas, entre eles, Bakunin, denunciavam o Estado como opressor e defendiam que as classes mais exploradas, como os camponeses e outras, poderiam ser a força revolucionária.

Além disso, Marx já defendia a socialização dos meios de produção e o planejamento centralizado, enquanto os anarquistas eram a favor de comunidades auto geridas.

A visão marxista foi a que mais se desenvolveu no meio dos trabalhadores, principalmente nos países mais industrializados do norte da Europa, enquanto o anarquismo ainda conseguiu algum espaço nos países do sul do continente, mais atrasados quanto ao desenvolvimento econômico e industrial.

O terceiro congresso da AIT se realizou em Haia na Holanda em 1872 e decidiu mudar a sede da I Internacional para New York para escapar do ambiente repressivo na Europa daquele momento, o que na prática significou o fim da organização, agravado pela recessão econômica de 1873 que atingiu quase todos os países industrializados e afetou gravemente a organização operária devido ao desemprego. Em 1876, ocorreu o último congresso da AIT já bastante esvaziado.

Foi uma experiência, que em termos mais práticos durou um pouco mais que nove anos e reunia apenas ativistas, provenientes dos países industrializados da época, mas que deixou um legado importante ao reconhecer a dimensão internacional da exploração dos trabalhadores e a necessidade de articular uma resposta igualmente internacional.



Por ironia, o país escolhido para sediar a AIT em 1872, os EUA, nunca desenvolveram partidos políticos capazes de desafiar o sistema vigente e proporcionar transformações sociais. No entanto, foi lá que se levou adiante uma poderosa mobilização pela implantação da jornada de trabalho de oito horas em 1886 com muitas greves. Numa delas que terminou em confronto com a polícia, houve a morte de alguns policiais, nunca devidamente esclarecida, que levou a enorme repressão, prisão e condenação à morte de vários ativistas sindicais em Chicago.

Este fato inspirou, posteriormente, por iniciativa da II Internacional, a celebração mundial do Dia Primeiro de Maio, o Dia Internacional dos Trabalhadores, em homenagem aos ativistas executados, embora, ironicamente, esta data nunca viesse a ser comemorada nos Estados Unidos.

A II Internacional dos Trabalhadores

Por ocasião da celebração dos cem anos da Revolução Francesa, em julho de 1889 reuniu-se em Paris um congresso operário socialista com o intuito de criar uma nova organização para substituir a AIT. Eram cerca de quatrocentos delegados de 19 países, todos comprometidos com as idéias marxistas e que declararam seu objetivo de emancipar os trabalhadores, abolir o trabalho assalariado, bem como criar uma sociedade aonde todos os homens e mulheres, independente de seu sexo e nacionalidade, usufruirão da riqueza produzida pelo esforço de todos os trabalhadores (SASSOON, 1996: xx).

Entre os que assinaram esta declaração política, encontravam-se líderes de partidos socialistas em seus respectivos países como August Bebel e Wilhelm Liebknecht da Alemanha, William Morris da Inglaterra, Victor Adler da Áustria, Georgii Plekhanov da Rússia, Pablo Iglesias da Espanha, Amilcare Cipriani da Itália, entre muitos outros.

Na resolução aprovada constaram várias reivindicações e propostas que fizeram história como o apoio à jornada de oito horas, abolição do trabalho infantil e igualdade de oportunidade de trabalho e salário entre homens e mulheres. Conforme já mencionado, a Internacional decidiu adotar o dia primeiro de maio como o “Dia dos Trabalhadores” em homenagem aos mártires de Chicago.

Por fim, o congresso assinalou que os capitalistas governavam porque possuíam o poder político e diante disto, os trabalhadores deveriam disputar o poder nos países aonde possuíam o direito ao voto apoiando os candidatos dos partidos socialistas e onde não o tivessem, deveriam



lutar por todos os meios para obter o sufrágio. O uso da força pela classe dominante para impedir esta evolução pacífica em direção a uma sociedade baseada na cooperação, isto é o socialismo, deveria ser considerado um crime de lesa humanidade (SASSOON, 1996: xxi).

Quando este congresso ocorreu, vários partidos socialistas já estavam estabelecidos e alguns inclusive encontravam-se aptos para disputar o espaço eleitoral aonde este existia. Este crescimento normalmente acompanhou o desenvolvimento industrial dos seus respectivos países, embora esta tendência nem sempre se confirmasse.

Por exemplo, o Partido Socialista Português foi fundado em 1871 e é um dos mais antigos, embora a indústria de Portugal fosse quase inexistente na época. Nos EUA e Japão que despontavam como duas promissoras economias industriais no final do século XIX, nunca se desenvolveu uma tendência socialista relevante.

Ainda durante o período de existência da II Internacional, alguns partidos socialistas chegaram a apresentar uma boa performance eleitoral como o Partido Socialdemocrata Finlandês que obteve 43,1% dos votos em 1913, o Partido Socialdemocrata Sueco que alcançou 36,5% em 1914 e o Partido Socialdemocrata Alemão (SPD) que obteve 34,8% em 1912, entre outros.

O SPD alemão que incluiu os princípios marxistas nos seus estatutos foi elogiado por Engels em 1895 pelo fato de inteligentemente haver utilizado a arma do sufrágio, “uma das mais afiadas”, como forma de disputar o poder com a burguesia. Além de chegar a mais de um terço dos votos, possuía mais de um milhão de afiliados em 1914 (Eley, 2005: 93).

Apesar desta ascensão do socialismo e dos ideais internacionalistas, havia muitas diferenças entre a realidade dos diferentes partidos devido às diferenças na evolução do capitalismo em cada país e, conseqüentemente, na formação da classe trabalhadora, nas práticas democráticas e nas tendências partidárias, o que tornou difícil para a II Internacional funcionar de fato como um Partido Socialista Internacional. Mais se parecia com uma federação de partidos e na prática funcionava a partir da experiência nacional de cada partido filiado.

Até 1905 não teve sequer uma secretaria geral e a única organicidade existente eram os congressos. Cada partido membro possuía muita autonomia e ninguém interferia nos assuntos do partido de outro país, mesmo quando algumas práticas merecessem alguma avaliação. Somente nesse ano, seis anos após a sua fundação, foi estabelecido a Secretaria Socialista Permanente na cidade de Bruxelas na Bélgica.



A II Internacional condenava as guerras como conseqüências inevitáveis do sistema capitalista, mas que desapareceriam junto com o sistema. No entanto, a deflagração da Primeira Guerra Mundial representou o fim da organização, pois, contraditoriamente, muitos Partidos Socialistas se engajaram nos esforços bélicos de seus respectivos países em nome da defesa da pátria, sendo os casos mais notórios os do SPD alemão que votou a favor dos créditos de guerra solicitados ao parlamento pelo Kaiser Guilherme II e o de importantes dirigentes do Partido Socialista Francês (SFIO) que integraram o governo que dirigiria a guerra contra a Alemanha.

Durante a guerra, alguns líderes socialistas que haviam mantido os princípios contrários à guerra, se reuniram em 1915 em Zimmerwald e no ano seguinte em Kienthal, ambas, cidades suíças. Eram poucos representantes e com pouca influência, mas registraram que havia outras visões do que a posição adotada anteriormente pelos dirigentes da maioria partidária. Rosa Luxemburgo que compartilhava destas posições não pode comparecer porque se encontrava presa na Alemanha por suas atitudes anti-militaristas, mas Karl Liebknecht, outro importante dirigente socialista alemão, ainda conseguiu enviar uma carta saudando o evento.

A III Internacional

A primeira revolução socialista do mundo ocorreu na Rússia em 1917, um pouco antes do fim da Primeira Guerra Mundial. Quando esta terminou em 1918, a Europa estava sendo varrida por uma onda revolucionária diante da insatisfação dos trabalhadores com os sacrifícios exigidos pela guerra e a crise econômica. Houve tentativas de implantar novos regimes socialistas nos moldes soviéticos em vários países como Alemanha, Hungria e outros.

Em 1917, os revolucionários russos vitoriosos (Bolcheviques) derrubaram o Czar Nicolau II, assumiram o controle do Parlamento Russo (Duma) e assinaram um acordo de paz com a Alemanha (Brets-Litovsk) muito desfavorável para a Rússia. Apesar disto, os motivos para assiná-lo foi o esgotamento econômico do país devido ao conflito, a falta de identificação dos revolucionários com a motivação da guerra e o início de uma guerra civil que opôs o “Exército Vermelho” dos Bolcheviques às forças leais ao czar e seus aliados (“Exército Branco”) que recebiam apoio material e financeiro da França, Inglaterra e outros.



Foi um momento muito duro para a nascente República Soviética, que, além desta guerra civil, tinha que enfrentar um verdadeiro caos na economia e a falta de produtos básicos. Milhares de russos morreram de fome e doenças nesta época.

No início de 1919 realizaram-se dois congressos socialistas de características muito diferentes. Um no mês de fevereiro em Berna que reuniu alguns dos tradicionais partidos socialistas com o propósito de reorganizar a II Internacional e outro um mês depois em Moscou organizado pelo Partido Comunista da União Soviética com o objetivo de criar um movimento de apoio ao movimento revolucionário em curso.

A convocação do segundo encontro foi extremamente difícil devido à guerra civil e ao isolamento em que a URSS se encontrava. Alguns delegados somente conseguiram chegar quando o evento havia terminado. Os participantes foram principalmente representantes de tendências internas mais à esquerda dos partidos social-democratas insatisfeitos com os rumos reformistas adotados pela direção majoritária destes partidos, incluindo vários dos que haviam estado em Zimmerwald.

O debate entre a visão reformista de Bernstein e a revolucionária de Rosa de Luxemburgo expresso no livro dela “Reforma ou Revolução?” ilustra bem o contexto destas cisões.

Participaram do encontro em Moscou 35 organizações de 22 países, a ampla maioria europeus, e esta iniciativa criou a Internacional Comunista (Comintern) também conhecida como a III Internacional.

A avaliação corrente era que a revolução se expandiria com certa facilidade a outros países europeus, até porque se ela dera certo num país com o atraso econômico e a debilidade da classe operária como a Rússia, a probabilidade de ocorrer nos países europeus mais industrializados seria bem maior.

Neste sentido, o papel do Comintern seria o de orientar este movimento e submeter os partidos membros, inclusive o PCUS, à tarefa de construir a revolução mundial.

O Comintern realizou seu segundo congresso um ano depois e aprovou uma resolução com 21 condições a serem seguidas dali por diante para se fundar um partido comunista e este ser reconhecido pela internacional.

O resultado do congresso de Berna foi a articulação de um grupo de partidos socialistas principalmente dos países do norte da Europa que havia se mantido neutro durante a guerra e que



tinha clareza quanto à sua estratégia de disputar o poder pela via eleitoral. Posteriormente aderiram novos partidos como o Trabalhista Inglês.

Houve ainda um terceiro grupo de partidos advindos de países que estiveram envolvidos na guerra e que no início da década de 1920 alcançaram sua liberdade de atuação. Era o caso de alguns que também estiveram em Zimmerwald, além dos socialistas austríacos, italianos, os de alguns países balcânicos, entre outros. Eles se articularam a partir de um encontro realizado em Viena e este grupo ficou conhecido como a Internacional de Viena ou a Internacional Dois e Meio.

Os primeiros partidos comunistas europeus foram fundados em 1918 e incluíam o alemão, o austríaco, o húngaro, o grego, o holandês, entre outros. Praticamente todos nasceram de dissidências dos partidos socialistas e o maior de todos desde o começo era o Partido Comunista da Alemanha (KPD) que iniciou com mais de cem mil afiliados.

Em 1923 a guerra civil russa tinha terminado a favor dos Bolcheviques. A pior parte da crise econômica fora superada e o Novo Plano Econômico (NEP) estava em execução. A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) encontrava-se praticamente consolidada internamente e o governo soviético assinou acordos de paz com os países capitalistas ocidentais que após o fim da Primeira Guerra haviam apoiado as forças contra revolucionárias, além de um acordo comercial com a Inglaterra. Lênin havia adoecido e Stálin era o Secretário Geral do PCUS.

As tentativas revolucionárias na Europa Ocidental haviam sido derrotadas ou pela repressão ou por meio de reformas ou ainda pelas duas coisas.

Diante desta conjuntura, a política desenvolvida por Stalin e Bukharin e adotada pelo Comintern a partir de 1924, foi a teoria do desenvolvimento do socialismo em um só país, o que representava uma avaliação diferente daquela de 1919, quando se acreditava que a revolução européia era eminente.

A revolução havia triunfado somente na URSS. O esforço agora seria voltado para impedir o retorno das forças reacionárias e imperialistas à União Soviética e o horizonte da revolução nos demais países estava muito mais distante do que se imaginava apenas cinco anos atrás.

Diante desta análise, o papel mais condizente à real capacidade dos Partidos Comunistas dos outros países, seria o de defender as conquistas da revolução soviética e todas estratégias adotadas dali em diante partiam desta premissa. Assim os partidos comunistas dos diferentes países tornaram-se “Seções da Terceira Internacional”. Esta visão unilateral se fortaleceu com a crise



econômica de 1929 ao colocar de um lado os países capitalistas em ruína e de outro o socialismo em ascensão na URSS (Bobbio, 2005: 646).

Neste meio tempo, houve tentativas para que as três articulações socialistas internacionais coordenassem suas iniciativas, porém, as diferenças políticas e o sectarismo eram muito grandes e a coordenação não funcionou. A estratégia defendida pelo Comintern para a atuação do movimento comunista mundial, era a da constituição de Frentes Únicas, onde somente caberiam os partidos revolucionários puros. Por exemplo, de acordo com este critério, os social-democratas alemães eram considerados “social-fascistas” e os principais “inimigos da classe operária”.

Foi somente depois da ascensão de Hitler ao poder na Alemanha e este adotar uma brutal política repressiva contra socialistas e comunistas que a estratégia começou a mudar. A conquista do poder pelo Partido Nacional Socialista (Nazista) foi favorecida pela divisão eleitoral entre o SPD e o KPD na eleição de 1933, pois se estivessem unidos, a soma dos seus votos e cadeiras no Parlamento teriam impedido Hitler de se tornar Chanceler, pelo menos naquele momento.

A partir de 1935 a política de Frente Única foi substituída para a de Frentes Populares Anti-fascistas, a exemplo do governo republicano na Espanha de 1936 composto por socialistas e comunistas e a 1938, o “Front Populaire” na França de 1936 a 1937 com o mesmo perfil, a Aliança Libertadora Nacional no Brasil em 1935, entre outros.

No entanto, a década de 1930 foi a de ascensão ao poder de vários regimes fascistas no mundo, além dos casos mais notórios como a Alemanha, Itália e Japão. Entre estes regimes podemos citar Espanha, Portugal, Polônia, Hungria, entre outros.

Ao mesmo tempo, a política adotada pelas principais potências liberais frente à ascensão nazi-fascista era ambígua, uma vez que havia diversos e poderosos agrupamentos políticos nestes países que defendiam uma aliança entre os países de economia liberal com a Alemanha e Itália para enfrentar e derrotar o regime soviético e a concordância da Inglaterra e França quanto às pretensões territoriais de Hitler sobre a Áustria e a Tchecoslováquia somente fortalecia esta percepção.

Em 1939, para surpresa de todos, embora explicável diante desta ambigüidade, a URSS firmou um Pacto de Não Agressão com a Alemanha. Quando, no mesmo ano, a Alemanha invadiu a Polônia, a URSS também ocupou a parte oriental deste país, além dos três países bálticos.

Até 1941, uma vez vencida a resistência inicial dos demais países que foram invadidos como a Bélgica, Holanda, Luxemburgo, França, Dinamarca, Noruega, Iugoslávia e Grécia a ocupação



alemã foi relativamente tranqüila e usualmente instalaram governos cooperativos com o invasor, normalmente escolhidos entre os políticos de direita simpatizantes do nazismo.

Embora alguma resistência interna à invasão estivesse sendo articulada clandestinamente desde o início, como por exemplo, na Iugoslávia, além de iniciativas tomadas por alguns governantes em exílio no exterior, como o general francês De Gaulle, na maioria dos países a resistência efetiva só se iniciou quando a Alemanha atacou a URSS em junho de 1941 e o Tratado de Não Agressão foi rompido.

É importante registrar também que foi a ação local de muitos socialistas e sindicalistas que pressionaram seus respectivos governos a não aceitar a possibilidade de uma aliança liberal com Hitler para destruir a União Soviética. Quando Hitler decidiu invadir a URSS, enviou secretamente seu colaborador Rudolf Hess para propor um acordo de paz à Inglaterra e solicitar o apoio dos ingleses à invasão. Estas propostas foram recusadas tanto pelo conservador Winston Churchill quanto pelo Partido Trabalhista e pelos sindicatos (Vizentini, 1988: 54).

Esta resistência subterrânea nos países ocupados teve também a participação de setores socialistas, cristãos e monarquistas. Cresceu ainda mais à medida que a maré da guerra virou a favor das potências aliadas. Um marco importante foi o recuo do exército alemão diante de Moscou no final de 1941, embora o momento mais importante da virada somente ocorresse um ano depois quando a resistência soviética em Stalingrado derrotou os atacantes alemães e o Exército Vermelho aprisionou cerca de 200.000 soldados inimigos.

Em vários países que não foram atacados diretamente pelas forças aliadas no final da guerra, como na Iugoslávia e Albânia, foram os grupos de resistência liderados pelos PCs que derrotaram os alemães. Quando o Exército Vermelho entrou na Tchecoslováquia, a resistência local já tinha o domínio da situação.

Os EUA somente entraram na guerra a partir do bombardeio japonês a Pearl Harbor em 1942. A partir de 1943 quando o prognóstico sobre o resultado do conflito já se mostrava favorável aos Aliados, iniciaram-se uma série de Conferências entre Inglaterra, URSS e EUA para discutir os rumos da política internacional após a guerra.

A estratégia adotada por Stalin foi a de se mostrar o mais confiável possível e apresentar garantias que não possuía pretensões de exportar a revolução em direção à Europa aproveitando-se da debilidade dos países em guerra. Para reforçar esta demonstração de que sua prioridade era derrotar o nazi-fascismo, adotou várias medidas, entre elas, a aproximação com o Vaticano e a



Igreja Católica Ortodoxa, bem como a extinção do Comintern, embora, esta já tivesse perdido sua importância com a assinatura do Pacto Soviético – Alemão em 1939 e o início da guerra.

A conjuntura pós-guerra

A cooperação entre os países aliados que venceram a guerra em 1945 – a Alemanha se rendeu em maio e o Japão em agosto – ainda durou pouco mais de dois anos, quando uma série de tensões entre EUA e URSS deu início à chamada “Guerra Fria” em torno de 1947 – 48.

Mesmo assim, a partir das conversações iniciadas ainda durante a guerra, foi possível criar uma série de instituições mundiais para gerir variados aspectos das relações internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) aberta à participação de todos os países, independentemente de suas orientações ideológicas e as instituições de caráter econômico como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BIRD) e o Acordo Geral de Comércio e Tarifas (GATT) aonde somente participariam os países capitalistas.

Do ponto de vista de evolução da organização internacionalista dos socialistas nos deparamos com um quadro diferente após a guerra, principalmente devido ao fato de vários países estarem governados naquele momento por partidos socialistas de diferentes matizes.

Neste caso, os países que adotaram os regimes do socialismo real acabaram se organizando em torno de instituições próprias como o Pacto de Varsóvia que era sua aliança militar e do COMECON que era seu fórum comercial.

Em 1947, criou-se o COMINFORM como uma espécie de Fórum de Informação dos Partidos Comunistas com a participação dos PCs no poder nas democracias populares, além dos influentes PCI da Itália e PCF da França. Entretanto, diante das diferenças políticas que foram surgindo entre o stalinismo e os partidos de outros países como, por exemplo, com Tito na Iugoslávia e Enver Hoxha na Albânia que buscavam rumos próprios para o socialismo nos Bálcãs e, posteriormente, os conflitos entre a URSS e a China, o COMINFORM se esvaziou.

Os países governados por partidos social democratas, se alinharam com as instituições capitalistas e como neles vigorava a democracia liberal, existia a possibilidade de alternância de poder, inclusive com partidos de direita, o que impedia a formação de alianças de “países sociais democratas” ao contrário dos países de socialismo real.



Os partidos sociais democratas tomaram a iniciativa em 1951 de criar a Internacional Socialista (IS) e a reivindicavam como a organização herdeira da II Internacional, embora a rigor se tratasse mais de uma instância de coordenação política e troca de informações entre os partidos social democratas da Europa.

Ela somente se abria para a filiação a partidos de outros continentes durante a presidência de Willy Brandt entre 1976 e 1992, inspirado pela Revolução Sandinista na Nicarágua que despertou grande solidariedade no meio político social democrata na Europa, ainda mais diante das ações truculentas do governo Reagan dos EUA contra os sandinistas.

Atualmente, a IS tem sua sede em Londres e possui 161 partidos filiados em todo o mundo, embora seu critério ideológico para aceitação de novos filiados tenha decaído muito, principalmente se considerarmos alguns de seus partidos filiados na América Latina, como o Partido da Revolução Institucional (PRI) do México, a União Cívica Radical da Argentina e o Partido Liberal da Colômbia, entre outros.

No Brasil o partido filiado à IS, é o Partido Democrático Trabalhista (PDT) desde muitos anos, principalmente, devido aos contatos e prestígio que o ex-governador Leonel Brizola desenvolveu durante o período que viveu no exílio.

Devemos ainda mencionar a IV Internacional que é uma articulação de partidos e agrupamentos políticos de caráter “Trotskista”. Quando Stálin substituiu Lênin na Secretaria Geral do PCUS em 1923 devido à enfermidade deste, disputou a indicação para o cargo com Leon Trotsky e ganhou. Além da disputa, uma importante divergência política era sobre a estratégia da revolução mundial, que como já foi mencionado, acabou sendo a estratégia do socialismo em um só país, enquanto Trotsky era defensor da tese da “revolução permanente” até que o socialismo tivesse vencido em todos os países do mundo.

Stalin conseguiu eliminar todos os membros do secretariado (Trotsky, Zinoviev, Kamenev e Bukharin) um a um, após a morte de Lênin. Inicialmente Trotsky foi para o exílio em vários países até ser assassinado no México por um agente stalinista. Porém, ele foi o único além de Lênin e do próprio Stalin que deixou um legado e um grupo de seguidores.

Estes avaliando a incapacidade da III Internacional de levar a revolução adiante devido à política conciliatória das Frentes Populares e ao Tratado de Não Agressão entre a URSS e a Alemanha, decretaram o seu fracasso e propuseram a criação de uma nova Internacional, a Quarta.



No entanto, os Trotskistas, ao longo dos anos, nunca conseguiram construir uma organização de massas e representativa, além de se dividirem em vários grupúsculos, muitas vezes por motivos de difícil compreensão. Um brasileiro famoso e que aderiu ao trotskismo desde os anos 1930 foi o crítico de arte e um dos fundadores do PT, Mario Pedrosa.

O período do pós-guerra também foi marcado pelo processo de independência de ex-colônias dos países europeus, principalmente, na Ásia e na África e geralmente havia lideranças políticas socialistas ou no mínimo progressistas envolvidos com este processo como foi o caso de Gandhi na Índia, Sukarno na Indonésia, Patrice Lumumba no Congo, entre outros.

Em muitos casos, a independência foi fruto de lutas armadas dirigidas por líderes socialistas como Ho Chi Min no Vietnã, Ahmed Ben Bella na Argélia, Agostinho Neto em Angola, Amílcar Cabral em Guiné Bissau, além das revoluções socialistas como a chinesa dirigida por Mao Tse Tung, a cubana por Fidel Castro, a Revolução Sandinista na Nicarágua e assim por diante.

Cabe ainda uma menção especial à luta contra os regimes racistas da antiga Rodésia, hoje Zimbábue, por organizações guerrilheiras de esquerda e da África do Sul, aonde o regime era conhecido como *apartheid*. Neste país houve longos anos de mobilização política e luta armada dirigida pelo Congresso Nacional Africano (CNA), o Partido Comunista Sul Africano (PCSA) e os sindicatos da COSATU, a maior central sindical e influenciada pelo PCSA.

Apesar de em meados dos anos 70, uma parte expressiva da humanidade estar governada por regimes socialistas de algum tipo, incluindo os governos sociais democratas europeus, não houve a constituição de novas organizações internacionais com o papel de dirigir a luta pelo socialismo, além das experiências já mencionadas.

Mesmo assim, é importante citar o Movimento dos Países Não Alinhados que ainda existe e que nunca possuiu caráter socialista, embora tenha sido uma iniciativa impulsionada por vários dirigentes políticos progressistas e nacionalistas do Terceiro Mundo, como Nehru, Nasser, Sukarno e outros, preocupados em assegurar um espaço na política internacional para os países em desenvolvimento, muitos recém descolonizados, para defender seus interesses sem a necessidade de se alinharem ao bloco capitalista ocidental ou ao bloco hegemônico pela União Soviética.

A origem deste movimento foi a Conferência Ásia – África, convocada pela Birmânia, Ceilão, Índia, Indonésia e Paquistão, realizada em 1955 em Bandung na Indonésia, com o propósito de discutir questões comuns e uma política internacional conjunta destes países que a pouco haviam alcançado a independência.



As preocupações principais eram resistir às pressões das grandes potências e manter sua independência, bem como se opor ao colonialismo ou neo-colonialismo e em particular ao domínio ocidental.

Se os convidados para a Conferência de Bandung foram escolhidos devido à sua localização geográfica regional, no caso da primeira conferência do Movimento dos Países Não Alinhados (MPNA) a realizar-se em Belgrado na Iugoslávia em 1961, os critérios para ser convidado eram possuir uma política externa independente baseada na coexistência entre Estados de diferentes sistemas políticos e sociais; apoio aos movimentos de independência nacional; não ser membro de alianças militares multilaterais estabelecidos no marco dos conflitos entre as grandes potências; a eventual existência de tratados de defesa com alguma das grandes potências também não poderia ter sido efetuada no contexto destes conflitos e o mesmo se aplicaria no caso da existência de bases militares de uma grande potência no território do país em questão.

Vinte e cinco países compareceram a I Conferência do MPNA, entre eles países com governos socialistas como a Iugoslávia. A XIV Conferência, a mais recente, realizou-se em setembro de 2006 na cidade de Havana em Cuba e o Movimento conta hoje com a participação de 117 membros.

O movimento sindical internacional

Devido ao papel dos sindicatos de defender os direitos e interesses dos trabalhadores, partimos do pressuposto que são, em sua maioria, entidades progressistas e de esquerda, embora com certa frequência, alguns de seus dirigentes não defendam políticas de transformação social e se limitam a defender os interesses imediatos dos trabalhadores como emprego e salários. No entanto, historicamente no nível mundial, não há como dissociar os sindicatos do processo de construção do socialismo.

Os sindicatos mais tradicionais que conhecemos têm origem no século XIX, assim como algumas das centrais sindicais ainda existentes, como a CGT francesa e a TUC inglesa.

As primeiras iniciativas de organizar entidades sindicais com caráter supranacional também datam do final do século XIX e reuniam organizações nacionais dos mesmos ramos econômicos, como, por exemplo, a Federação Internacional dos Metalúrgicos (FITIM). No início do século XX chegou a haver algumas dezenas destes Secretariados Profissionais Internacionais (SPIs) que, no



entanto, foram se reduzindo por meio de fusões entre elas à medida em que determinadas categorias profissionais iam perdendo relevância, como por exemplo, marmoreiros, chapeleiros, trabalhadores na indústria de fósforos, entre outras. Atualmente ainda existem dez SPIs, mas agora se chamam Federações Sindicais Internacionais (FSIs).

Na década de 1920 houve três iniciativas diferentes para criar organizações sindicais horizontais supranacionais. Uma foi a Internacional Sindical Vermelha que era uma espécie de Comintern dos sindicatos influenciados pelos Partidos Comunistas. A segunda foi a Confederação Internacional dos Sindicatos Cristãos (CISC) que reunia sindicatos nacionais cujos dirigentes se inspiravam na doutrina social da Igreja Católica baseada na Encíclica *Rerum Novarum* de Leão XIII. E a terceira ficou conhecida como a Internacional de Amsterdam, onde tinha sua sede e reunia basicamente as organizações sindicais de inspiração social democrata e sindicatos independentes.

Estas atividades foram suspensas durante a guerra, mas com o fim dela em 1945 reorganizaram-se duas das antigas entidades, a CISC e a Federação Sindical Mundial (FSM). Esta última foi composta por organizações sindicais dos países aliados, tanto de inspiração comunista quanto de outras tendências políticas.

Entretanto, em 1948, as centrais sindicais dos países capitalistas, com exceção daquelas influenciadas pelos Partidos Comunistas como a CGT francesa e a CGIL da Itália, entre outras, retiraram-se da FSM e criaram a Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres (CIOSL). A guerra fria havia se iniciado e o divisor de águas no caso do movimento sindical foi a posição em relação ao Plano Marshall que era apoiado pelas organizações sindicais dos países beneficiados e oposto pela URSS e, conseqüentemente, pelos PCs, que o consideraram uma intervenção do imperialismo americano na Europa.

Esta divisão no movimento sindical seguiu a lógica da guerra fria durante as décadas seguintes, embora várias organizações rompessem com estas influências como a CGIL da Itália que se retirou da FSM com a ascensão do Eurocomunismo e outras, como a CFDT da França e a CSN de Québec que se retiraram da CISC, que, aliás, mudou seu nome para Confederação Mundial do Trabalho (CMT) em 1968 para se livrar, pelo menos na aparência, de sua influência da Igreja. Na verdade, esta mudança de nome, pouco resolveu porque a CMT sempre foi a menor das três organizações e continuou mingando até o início do século XXI.

Até os anos 90, o sindicalismo internacional viveu durante mais de 40 anos marcados por um sindicalismo internacional cujo campo de atuação era definido por identidades político-ideológicas,



mais do que por prioridades de atuação sindical. A filiação a qualquer das três confederações internacionais, na prática significava a opção por um dos lados na guerra fria.

Porém, as crises simultâneas dos regimes socialistas burocratizados no leste europeu e dos projetos social-democratas frente à hegemonia neoliberal nos países desenvolvidos, nos anos 80, criaram um cenário internacional para fortes rearranjos no movimento sindical internacional, onde a FSM perdeu a maioria dos seus filiados e a CIOSL tornou-se a organização sindical internacional hegemônica.

Na década de 90, abaladas as bases que sustentaram o sindicalismo internacional na fase anterior, cresceu a percepção da necessidade de reorganizá-lo a partir de uma agenda estruturada em torno à defesa dos direitos dos trabalhadores em todo o mundo. Mas esse não foi um processo linear, nem homogêneo, em todos os países e regiões.

A filiação da CUT do Brasil à CIOSL em 1992 ocorreu neste contexto. Outras centrais sindicais com as quais a CUT vinha mantendo estreitas relações optaram no mesmo sentido: COSATU da África do Sul, KCTU da Coreia do Sul, Comisiones Obreras da Espanha, entre outras.

O fato de estas centrais sindicais optarem pela CIOSL como espaço prioritário de atuação não negava que esta organização ainda não estava capacitada para assumir plenamente a feição de uma central sindical mundial estruturada para defender os direitos dos trabalhadores internacionalmente e que fora dos seus limites ainda havia importantes centrais sindicais nacionais.

Portanto, era necessário dotar o sindicalismo internacional de uma perspectiva que unificasse a visão e ação dos trabalhadores dos países desenvolvidos e dos países em desenvolvimento. No entanto, para realizar essa tarefa foi fundamental fortalecer e estreitar os laços entre as centrais sindicais do mundo subdesenvolvido, o chamado “Sul”.

Esta mudança na configuração sindical internacional também provocou mudanças no perfil da cooperação sindical internacional, que no período da guerra fria também privilegiava o apoio às opções ideológicas, comunistas ou anti-comunistas. Com o fim dela, tornou-se possível aplicar recursos em atividades de caráter mais sindical.

Mesmo assim, a cooperação internacional feita com recursos públicos e dirigida à várias áreas diminuiu entre 1990 e 1998 aproximadamente 33% em valores reais, segundo o Banco Mundial. Isto significava que, enquanto o Terceiro Mundo, nesta época, reembolsava U\$ 250 Bilhões à título de serviços da dívida externa, recebia apenas U\$ 30 Bilhões à título de cooperação.



Apesar do compromisso assumido pelos países desenvolvidos na Conferência Social da ONU em Copenhagen em 1995, de destinar 0,7% do PIB para cooperação internacional, apenas três países cumprem ou superam esta meta. São Holanda, Dinamarca e Noruega. Inclusive a tendência de outros tem sido a de retração deste percentual.

É fundamental que esta meta seja cumprida e que haja transparência e participação da sociedade na gestão da cooperação, assim como também é importante que os projetos, particularmente os sócio econômicos, tenham perspectivas de auto – sustentação e consigam envolver atores locais, inclusive institucionais, no seu desenvolvimento.

A solidariedade sindical internacional foi muito importante para apoiar a luta pela redemocratização de países governados por ditaduras, como os da América Latina, entre os anos 1960 e 80. Quem impulsionou esta cooperação foi, principalmente, o movimento sindical europeu, influenciado pelos partidos sociais democratas.

O último acontecimento ocorrido no cenário sindical internacional foi a fusão entre CIOSL e CMT criando uma organização chamada Confederação Sindical Internacional (CSI) a partir do congresso unitário realizado em Viena em 2006 e que deverá ter desdobramentos nos diferentes continentes com a unificação das suas organizações regionais como a Organização Regional Interamericana de Trabalhadores (ORIT) e a Confederação Latino Americana do Trabalho (CLAT).

O movimento anti-globalização

Os chamados anos dourados do capitalismo chegaram ao fim com a mudança do paradigma “Fordista” de produção em meados dos anos 1970 marcada pelo rompimento dos “Acordos de Bretton Woods” que deram estabilidade para a economia capitalista do pós-guerra. Foi um período de grande crescimento econômico, conquista de direitos sociais e inovação tecnológica.

Um pouco antes do fim dos “anos dourados” ocorreu também um movimento que provocou grandes transformações na cultura, nos costumes e inclusive na política. Um detalhe importante foi a participação dos jovens neste movimento, tanto nos locais de trabalho, quanto nas universidades, muitos deles membros de partidos ou grupos de esquerda de variadas tendências.

Os jovens que começaram a trabalhar nos países industrializados nos anos 1960, não haviam vivido as principais lutas pelo reconhecimento dos sindicatos e pelo estabelecimento de



contratos coletivos de trabalho. Além disso, eles entraram num mercado de trabalho em transformação devido às novas tecnologias e a pressão pelo aumento de produtividade.

Esta nova realidade e a busca por melhores salários levaram à realização de muitas greves em diversos países, principalmente os desenvolvidos. O número de greves e de grevistas em 1966 ultrapassou facilmente o pico de 1946, que havia sido um ano de muitas mobilizações na tentativa de recuperar as perdas da guerra. Cerca de um terço delas era do tipo “gato selvagem” sem controle dos sindicatos e a violência nos piquetes ampliou-se significativamente, bem como os confrontos com a polícia. Os países onde houve as maiores mobilizações nos anos 1960 foram Itália, Canadá e França.

Nas universidades de vários países, com destaque para a França, ocorria um movimento por reformas educacionais além de exigências por mudanças na política. Nos EUA havia uma forte mobilização pela constituição de direitos civis, entre eles o fim da segregação racial que era a prática na maioria dos estados do sul, além de grandes protestos contra a guerra do Vietnã. Na Tchecoslováquia vivia-se em 1968, a “Primavera de Praga” que era uma tentativa de reformar o regime socialista vigente no sentido de torná-lo mais democrático e auto-gestionado. Na China era o momento da Revolução Cultural proposta por Mao Tse Tung para aprofundar o caráter proletário da Revolução Chinesa.

Ao lado destas reivindicações e mobilizações conviviam-se também com transformações culturais e de costumes, entre os quais se destacava a rebeldia dos jovens, expressada na maneira de vestir, no comprimento dos cabelos, no uso de drogas ilegais, entre outras.

Em alguns países, particularmente na América Latina, esta movimentação ocorreu ao lado de ações armadas promovidas por organizações da esquerda revolucionária inspiradas pela Revolução Cubana de 1959 e que em vários países enfrentaram ferozes ditaduras militares.

A síntese disso tudo foi uma série de reformas, principalmente, na área de direitos civis e no sistema educacional dos países desenvolvidos, bem como a introdução de novos costumes e expressões culturais. No entanto, nos países socialistas mencionados, o resultado da “Primavera de Praga” foi uma intervenção militar soviética e a substituição dos dirigentes tchecos por outros mais fiéis à ortodoxia comunista e na China acabou-se gerando um clima repressivo desenfreado que penalizou uma série de quadros políticos.



A adoção das teses da luta armada na América Latina, teve como consequência o endurecimento da maioria dos governos militares e a ocorrência de muitos mortos, feridos, presos, torturados e exilados pela repressão.

O novo paradigma neoliberal de acumulação capitalista assumiu formato de programa de governo em 1979 com a eleição de Margareth Thatcher para Primeira Ministra da Inglaterra e trouxe consigo uma série de mudanças na política que pode ser considerada uma verdadeira contra-revolução em relação às conquistas sociais dos anos dourados do capitalismo e da revolução de costumes e cultura dos anos 1960.

Este novo modelo provocou profunda reestruturação na economia, no Estado e no mercado de trabalho mundial e expôs a má qualidade de vida de uma grande parcela da população mundial. A crise provocada por ataques especulativos contra diversos países entre 1997 e 2000 acabou gerando um grande ceticismo junto à opinião pública, pois a promessa original dos defensores do neoliberalismo de que haveria melhoria nas condições de vida de todos, não se cumpriu. Muito pelo contrário.

Neste quadro, começaram a se organizar manifestações públicas e protestos por ocasião de reuniões de Instituições Multilaterais como FMI, Banco Mundial e OMC, bem como as reuniões anuais das grandes potências, o G – 8; todas consideradas responsáveis pelos problemas econômicos que o mundo enfrentava.

Principalmente, a partir da III Conferência Ministerial da OMC, realizada em Seattle (EUA) em novembro de 1999 o mundo começou a assistir a uma sucessão de manifestações contra a globalização neoliberal numa onda que tem como características:

- participam organizações sociais de diversos tipos;
- em vários casos os sindicatos tiveram forte presença;
- a participação de jovens tem sido uma constante;
- a unidade de ação contra o FMI, o Banco Mundial e/ou a OMC se faz desde perspectivas múltiplas;
- em todas elas tem havido uma participação expressiva de delegações estrangeiras, essas manifestações têm sido internacionais seja pela sua composição seja pelo seu impacto;
- não há um programa político e econômico comum, mas sim uma forte identificação na rejeição ao mundo desenhado pelo neoliberalismo;



- manifestações desse tipo já aconteceram em todos os continentes, mas têm sido particularmente impactantes quando ocorreram em países do capitalismo central;
- começa a se manifestar uma tendência a que manifestações nacionais ocorram simultaneamente às grandes manifestações internacionalistas;
- entre Seattle em 1999 e Gênova em julho de 2001 houve uma curva ascendente em número de participantes;
- o impacto político das manifestações tem levado os organismos multilaterais internacional a buscarem “refúgio” longe das grandes concentrações urbanas ou construindo “bunkers” dentro das cidades onde acontecem as reuniões.

Organizações de diversos países e do Brasil, socialistas incluídas, discutiram no ano de 2000 a necessidade de se buscar canalizar toda essa energia política anti-globalização neoliberal para espaços de troca e de articulação entre as organizações que estavam mobilizadas contra o neoliberalismo e suas mazelas, mas que tinham pouca ou nenhuma relação política entre si.

Do reconhecimento dessa necessidade e da identificação de que a conjuntura mundial estava mais do que madura para uma iniciativa de grande porte, surgiu a proposta da realização do Fórum Social Mundial (FSM), como espaço político e não como organização; para buscar convergências sem que algum setor impusesse decisões aos outros e ser um dos instrumentos de catalização, embora não o único, desse movimento.

O FSM tem sido amplo e heterogêneo porque há um largo e heterogêneo espectro de posicionamentos críticos à globalização neoliberal. O seu grande desafio é acolher a todos, respeitado um campo de compromissos comuns representado pela “Carta de Princípios”. A consigna de que “Um outro mundo é possível”, contra a globalização neoliberal e o “pensamento único” tem sido usada em praticamente todos os grandes eventos do movimento social.

Os primeiros três eventos do Fórum ocorreram em Porto Alegre, Brasil. Depois ele se realizou em Mumbai na Índia e voltou para Porto Alegre. A quinta edição ocorreu mais ou menos simultaneamente em Bamako, Bogotá e Karachi no Paquistão e a sexta em Nairobi no Quênia em janeiro de 2007.

Simultaneamente, dentro do Fórum Social Mundial, alguns movimentos sociais com maior identidade política comum têm buscado construir iniciativas de ações durante o período entre a realização das edições anuais do Fórum.



Dessa visão surgiu no FSM 2001 uma iniciativa articulada pela CUT, MST, Via Campesina, ATTAC – França e Focus on the Global South da Tailândia e que foi aprovada numa plenária de movimentos sociais de vários países, gerando o manifesto “Porto Alegre convoca às mobilizações”, assinado por mais de 150 organizações de todos os continentes. Nele, afirmou-se uma plataforma unitária e um compromisso de atuação comum nas grandes mobilizações anti-globalização neoliberal do período seguinte.

No mesmo sentido, além das organizações sociais, têm-se incorporado também ao FSM setores cada vez mais amplos do sindicalismo internacional porque há uma crescente identificação destes com os objetivos da luta contra a globalização neoliberal e o reconhecimento da necessidade do trabalho unitário com outros movimentos sociais, bem como um sentimento de que é necessário recuperar e atualizar o internacionalismo que marcou os melhores períodos históricos do movimento operário internacional.

Duas iniciativas nas Américas:

a) A Aliança Social Continental

Quando o governo americano, presidido na época por Bill Clinton, organizou a Primeira Cúpula das Américas em Miami em 1994 para discutir, entre outros assuntos, a possibilidade de constituir uma Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Já durante a terceira conferência de ministros em Belo Horizonte, em 1997, a iniciativa foi recebida pelo movimento social e pela esquerda com uma grande mobilização de rua em protesto e contrariedade.

No ano seguinte, durante a realização da II Cúpula governamental em Santiago no Chile, realizou-se uma “Cúpula dos Povos”, que lançou as bases para a organização de uma grande aliança que incluísse todas as organizações sociais, sindicais e não governamentais que tivessem restrições a um acordo de livre comércio desta envergadura.

A Aliança Social Continental (ASC) tornou-se uma rede continental de organizações, do Canadá à Argentina, que buscou coordenar a campanha contra a Alca, com a participação de redes nacionais com o mesmo perfil de participantes.

Embora esteja descartada a possibilidade da Alca vir a ser aprovada no curto prazo, principalmente devido à postura do Mercosul, a ASC mantém suas atividades e opera a partir de



uma estrutura bastante informal e horizontal, a saber: uma assembléia continental, um comitê operativo e uma secretaria geral.

Sua primeira secretaria geral esteve no México sob responsabilidade da Red Mexicana de Acción frente al Libre Comercio (RMALC) e até recentemente esteve sob coordenação da Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP) que delegou esta tarefa para a CUT.

No caso da Alca, o papel principal da ASC era articular a campanha contra o acordo em nível continental, o que ocorria por intermédio da organização das redes já existentes em nível nacional e da criação de novas redes em países onde ainda não existiam.

A campanha implicava em divulgação, cursos, debates, lobby, etc e não há dúvidas que em determinados momentos a ASC proporcionou um caráter internacional a ela e provocou mobilizações muito importantes.



A ASC está integrada hoje por organizações sociais e sindicais de grande parte dos países do continente americano. Mostrou seu potencial na realização das mobilizações de protesto contra as negociações da ALCA em Buenos Aires e Quebec em 2001.

A realização da II Conferência dos Povos em Quebec teve grande importância em contraposição à reunião dos presidentes dos 34 países envolvidos na negociação da Alca. Estes, para tentar se isolar das manifestações, esvaziaram uma área central da cidade em torno do local da reunião e que foi cercada, gerando grande indignação junto à população local.

Nesta Conferência dos Povos foi aprovada uma declaração unitária que expressou dois acordos fundamentais: a rejeição ao modelo de integração previsto nas negociações e a exigência de que a opinião dos povos seja ouvida através de processos de consultas democráticas (plebiscitos, referendos etc).

A partir deste momento o grande desafio foi o de transformar as resoluções em um movimento continental real e para tanto a ASC encaminhou as seguintes iniciativas:

- ampliar a Aliança com a incorporação de novas organizações dos diversos países do continente;

- efetivar a campanha pelo plebiscito. No Brasil isto ocorreu por meio de várias redes nacionais como o “Grito dos Excluídos”, o MST, a REBRIP, os partidos políticos de esquerda, entre outras;

- acompanhar as negociações oficiais, mantendo atualizada a análise das implicações para nossas nações.

Atualmente, a maior dificuldade da ASC é encontrar um mote comum, como era a Alca, para provocar novas mobilizações e atuações conjuntas.

b) O Foro de São Paulo



Em julho de 1990, por iniciativa do Partido dos Trabalhadores (PT) do Brasil, realizou-se na cidade de São Paulo um “Encontro de Organizações e Partidos de Esquerda da América Latina e Caribe” para discutir a nova conjuntura a partir da débâcle dos regimes do socialismo real do Leste Europeu.

Compareceram 48 partidos e organizações de todo o continente e decidiu-se repetir este tipo de encontro, sempre com o espírito de debater e respeitar a autonomia e as posições políticas, ideológicas e culturais de cada participante.

A declaração final deste encontro expressou “*a vontade de renovar o pensamento socialista e de esquerda, reafirmar seu caráter emancipatório, corrigir concepções equivocadas, bem como superar todas as expressões de burocratismo e ausência da verdadeira democracia social e massiva*” e também manifestou “*o compromisso ativo com a validade dos direitos humanos, da democracia e da soberania popular como valores estratégicos que desafiam constantemente as forças progressistas, socialistas e de esquerda a renovar seus pensamentos e ações*”.

A reunião seguinte realizou-se no México em 1991, sob os auspícios do Partido da Revolução Democrática (PRD) e do Partido do Trabalho (PT) e neste encontro decidiu-se denominar a iniciativa de “Foro de São Paulo” (FSP) devido ao local do primeiro evento e também que estes se repetiriam cada dois anos.

Entre os partidos que são membros do FSP temos o PT, PCdoB, PSB, PPS e PDT no Brasil, Partidos Socialista e Comunista do Chile, o PC cubano, Frente Farabundo Martí de libertação Nacional de El Salvador, o PRD e PT do México, a Frente Sandinista de libertação Nacional da Nicarágua, o PRD do Panamá, a Frente Ampla do Uruguai e vários outros.

Em janeiro de 2007 realizou-se o décimo terceiro encontro em El Salvador com mais de 80 partidos e organizações participantes, o que demonstra, dezessete anos depois, o acerto da iniciativa, principalmente pelo avanço eleitoral que a esquerda alcançou no continente durante este período.

Referências bibliográficas

BOBBIO, Norberto. Dicionário de Política, Vol. I. Brasília: UNB, 2005.



ELEY, Geoff. **Forjando a democracia:** A história da esquerda na Europa, 1850 – 2000. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

SASSOON, Donald. One hundred years of socialism. Londres: Fontana Press, 1996.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. A segunda guerra mundial. Porto Alegre: UFRGS, 1988.